

RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E HABITAÇÃO: A VISÃO DOS MORADORES SOBRE O CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM EUROPA EM FAZENDA RIO GRANDE/PR

Processo de avanço de pesquisa em curso que deu origem ao resumo;

GT 8: Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social.

Corina Alessandra Bezerra Carril Ribeiro.

RESUMO

Os últimos dez anos têm se destacado pela implementação de Políticas Públicas habitacionais no Brasil de grande impacto na mídia, sem contudo o acompanhamento de uma avaliação criteriosa que indique de fato se houve ou não melhoria da qualidade de vida ao cidadão contemplado. A partir de entrevistas com os atores sociais chave verificou-se que a implantação do Conjunto habitacional Jardim Europa, do Programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, no município de Fazenda Rio Grande, representa por um lado o acesso a tão sonhada casa própria, mas de outro, reforça o sentimento de segregação espacial a que é submetida à população moradora, visto as condições de vida oferecidas no local, que reforçam o sentimento de solidão e exclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública habitacional; Programa Minha Casa, Minha Vida; Fazenda Rio Grande

I.Introdução

Os processos de globalização econômica em nível mundial têm afetado e piorado as condições de vida de milhares de pessoas que estão excluídas deste processo. Nas cidades o cenário é desolador: aumento da pobreza e da violência, do desemprego, crescimento do mercado informal, exclusão social, segregação espacial e baixa expectativa de melhoria de vida.

No Brasil e no âmbito mundial, em pleno século XXI ainda se convive com as grandes desigualdades sociais, de renda, políticas, de gênero, entre outras, em decorrência de governos que adotaram políticas que obedecem a lógica do capital internacional e reproduzem a concentração de renda e poder, além do histórico de práticas corruptas.

Essa desigualdade vigente pode ser percebida nas cidades, na forma pela qual as populações pobres ocupam os espaços para fins de moradia e constroem seu cotidiano: o morar longe do trabalho, a ausência de espaços de lazer em seus bairros, os postos de saúde lotados, a baixa escolaridade e renda familiar insuficiente representam um perfil quase homogêneo das dificuldades encontradas pelos moradores das inúmeras periferias brasileiras somado à falta de perspectivas de melhores condições de vida.

A partir da construção da pesquisa em grupo e individual no Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (PPMADE/UFPR), no qual participo como doutoranda, se escolheu estudar a porção sul de Curitiba e sua região metropolitana – RMC, em específico o município de Fazenda Rio Grande, analisando os principais problemas socioambientais, e as Políticas Públicas em andamento.

O artigo pretende contribuir com o debate sobre a implementação das políticas públicas urbanas, a partir da análise de um estudo de caso, em que se apresenta a visão dos atores sociais sobre a implantação de uma política pública de habitação, em específico, o conjunto habitacional Jd. Europa em Fazenda Rio Grande, que faz parte do Programa Minha Casa, Minha Vida e compreender o impacto na vida dos moradores a partir da sua transferência das áreas de risco para o conjunto habitacional.

II. Globalização, cidades e riscos

De que forma a maneira como as pessoas vivem nas cidades tem relação com o contexto social, econômico e político vividos por elas? Na atualidade estamos inseridos no cenário da globalização e os Estados, as corporações, as populações pobres ou ricas do globo são influenciadas por esse processo direta ou indiretamente, seja através dos alimentos que consomem, os empregos disponíveis, o nível de atendimento das Políticas Públicas, onde moram, etc.

Segundo Sassen (2010, p.9) a problemática (*da globalização*) tem origem no fato de que o global “transcende o quadro exclusivo dos Estados Nacionais, mas, de modo simultâneo, habita parcialmente territórios e instituições nacionais”. Além disso, as influências das ordens globais nas relações sociais e ambientais compõem um dos principais temas da “nova agenda” em todas as áreas do conhecimento.

Com a globalização, dá-se a prevalência da racionalidade econômica sobre todas as outras esferas da vida (social, ambiental, cultural), conforme destaca Ianni (2004):

Os princípios ou objetivos das empresas, corporações e conglomerados, em suas atividades nacionais, regionais e mundiais, são apresentados como parâmetros e práticas indispensáveis de uns e outros, em todo o mundo: produtividade, competitividade, lucratividade, desempenho, pragmatismo, visão sistêmica das atividades e organizações, das relações fins e meios e das instituições. (IANNI, 2004, p.28)

Além disso, Bauman (2009) chama atenção para o fato de que:

as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização. Os cidadãos e aqueles que foram eleitos como seus representantes estão diante de uma tarefa que não podem nem sonhar em resolver: a tarefa de encontrar soluções locais para contradições globais. (BAUMAN, 2009, p. 32)

Beck (2010, p.13) ressalta que vivemos o período de “modernização tardia na qual a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos independente de classe social e dos lugares onde são produzidos”. Estamos na sociedade do risco, onde há uma mudança profunda na sociedade, onde se repensam as noções de classe social; família e questões de gênero.

A partir do exposto, como pensar em arranjos institucionais e políticas públicas que resolvam os inúmeros desafios que se colocam nas metrópoles do mundo todo, em especial nos países periféricos e que sofrem influência direta da globalização?

Vou resgatar aspectos das políticas habitacionais no Brasil destinadas a população de baixa renda, adotadas no passado, e discuti-las na atualidade, mostrando que ainda persistem impasses e elementos que devem ser repensados.

III. Moradia social no Brasil: o fenômeno dos conjuntos habitacionais

Segundo Maricato (2001, p.17), a urbanização no Brasil é resultado do contexto histórico, social e econômico, e vista como fenômeno decorrente das taxas de crescimento e das mudanças sociais (campo-cidade); surgimento do trabalho assalariado, industrialização, concentração da

riqueza, etc.. no período de 1940 a 2000. Também, é vista como resultado das reformas urbanas ocorridas (fim do séc.XIX e início séc.XX) onde se deu a expulsão das populações pobres dos centros das cidades.

A autora analisa as fases do planejamento urbano e as influências internacionais (principalmente dos EUA) decorrentes do cenário econômico. Mostra que as políticas públicas de habitação, a partir da criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) na década de 1960, privilegiaram o acesso da classe média ao financiamento habitacional e reforçou o processo de periferização da população pobre.

Com a exclusão social da maior parte da população ao financiamento imobiliário a saída para a moradia popular restringe-se às ocupações de áreas públicas e privadas, na constituição de loteamentos clandestinos e formação de favelas. A cidade ilegal torna-se a regra no Brasil. A solução encontrada para a moradia social pelo Poder Público foi à construção de conjuntos habitacionais populares em bairros afastados das áreas centrais.

O desafio, portanto, segundo Bonduki (2000):

é o de trazer a habitação social para dentro da cidade, pois a implantação de conjuntos habitacionais nas franjas periféricas, como tem sido corrente na ação da COHAB e do CDHU, além de gerar inconvenientes de todo tipo para os moradores e crescimento horizontal da mancha urbana, acarreta inúmeros problemas urbanos, ambientais e econômicos para a cidade. Apesar disso, surpreendentemente, não significa custos finais mais baixos do que se poderiam obter em localizações mais centrais. (BONDUKI, 2000, p. 76)

A fim de haver melhorias no modelo habitacional destinado à população de baixa renda, bem como nas leis relativas a esse tema, Gohn (2003) aponta que:

Os movimentos sociais dos anos 1970/80 contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais novos que foram inscritos em leis na nova Constituição brasileira de 1988. (...) Eles criaram e desenvolveram, nos anos 90, redes com outros sujeitos sociais, assim como redes dentro do próprio movimento popular propriamente dito destacando os movimentos que atuam na questão da moradia. (GOHN, p.20-23, 2003)

Apesar das conquistas importantes obtidas pelos movimentos sociais nas últimas décadas, em termos de garantia de espaço nos fóruns de representação e participação (fóruns, conselhos, comitês, etc) e visibilidade acerca dos direitos garantidos pela lei, Kowarick (2009, p.76) reafirma que os déficits nos aspectos civis, sociais e econômicos da cidadania continuaram amplos nos anos 1990-2000. Para o autor, no Brasil jamais houve instituições políticas sindicais ou comunitárias com força suficiente para garantir a efetivação de direitos básicos do mundo do trabalho ou proteger o morador, transeunte e usuário de serviços básicos das intempéries do mundo urbano.

A moradia social no Brasil, nas últimas décadas, tornou-se sinônimo da construção de conjuntos habitacionais em bairros afastados, desprovidos de infraestrutura, resultado da especulação imobiliária em decorrência da valorização do preço da terra nas áreas centrais e desvalorização das áreas periféricas da cidade, fenômeno que constitui o processo de metropolização.

IV. Processo de metropolização em Curitiba

Na constituição da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), a cidade destaca-se pelo fato de ter atraído grandes parcelas de migrantes que saíram de suas terras para a capital do Paraná em busca de novas oportunidades de vida, o que ocasionou grande crescimento populacional.

A expansão da RMC, contudo, não foi acompanhada por um planejamento urbano que levasse em conta a realidade e a necessidade dos municípios vizinhos e implantação de política pública urbana adequada para atender a população migrante, o que ocasionou a ocupação desenfreada das áreas periféricas, impulsionando o surgimento de cidades-dormitório.

Na questão da moradia, de acordo com dados do censo de 2000, no Paraná o déficit habitacional absoluto, segundo a Fundação João Pinheiro (MG), é de 260.648 domicílios (229.069 urbanos - 31.579 rurais). O déficit relativo do estado é de 9,8%. A população (85,4%) que mais precisa de habitação é a que possui até três salários mínimos.

Analisando as políticas públicas habitacionais em Curitiba, Meirinho (2010) afirma que:

A partir de um estudo de casos concretos, é possível apreciar a questão da moradia para além da dicotomia formalidade/informalidade. Esta é apenas uma das dimensões dos problemas enfrentados pela população de baixa renda, mas outras questões são inexplicavelmente ignoradas, como o tamanho e a qualidade das habitações, a adequação da edificação as necessidades e expectativas das famílias (MEIRINHO, p.2, 2010).

Para atender a demanda habitacional reprimida, principalmente com foco na população de baixa renda, o governo municipal aderiu ao Programa Minha Casa, Minha Vida, de âmbito federal, em Curitiba e Região Metropolitana. “Desde o lançamento do programa em 2009, já foram contratadas em Curitiba 8.556 unidades habitacionais, das quais 1.538 já foram entregues (PREFEITURA DE CURITIBA, 2012)”.

V. O município de Fazenda Rio Grande como cidade-dormitório

O município de Fazenda Rio Grande desde sua criação nos anos 1990 até os dias de hoje, ainda carrega uma forte imagem de cidade-periférica e cidade-dormitório com grande dependência econômica de Curitiba. Imagem alimentada pelas altas taxas de crescimento demográfico, pobreza, vulnerabilidade social e econômica. Os fatores disso são que o município está no eixo de crescimento da Região Metropolitana, previsto pelo PDI elaborado pela COMEC em 2006, resultado do intenso processo de expansão acelerada de Curitiba no vetor sul do município, sem o acompanhamento de Políticas Públicas adequadas.

Segundo dados do IBGE (2010) o município possui 81.687 pessoas. Houve um aumento populacional de quase 30% em relação ao Censo de 2000. Bem diferente de Curitiba que no mesmo período teve aumento de apenas 10%.

A fim de resolver o problema de ocorrência de enchentes e inundações na cidade, devido à ocupação desordenada de famílias próxima dos rios, a Prefeitura realizou uma série de estudos e levantamentos técnicos sobre o déficit habitacional no município para conseguir apoio financeiro do governo federal com o intuito de prover habitações sociais para a população de baixa renda e de área de risco.

De acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHI)¹, publicado pela Prefeitura em 2010, com apoio do governo federal, o município de Fazenda Rio Grande, possuía 42

¹“É componente do Programa Habitação de Interesse Social, responsabilidade da Secretaria Nacional de Habitação do Mcidades, com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, contrato de repasse n°. CTR 236.472-96/07 MCIDADES - FNHIS com a Caixa Econômica Federal” com objetivo de “promover o planejamento das ações do setor habitacional de forma a garantir o acesso à moradia digna, a expressão dos agentes sociais sobre a habitação de interesse social e a integração das ações da habitação com o desenvolvimento urbano” (In PLHI, 2010,

ocupações irregulares com 2.529 moradias. Do total de famílias das ocupações irregulares 1.820 eram passíveis de regularização no próprio local, as demais 709 estavam vivendo em áreas de risco e precisavam ser realocadas.

Segundo o Coordenador da Divisão de Habitação e Regularização Fundiária, Tony Silva, a atual gestão está realizando transformações importantes na cidade, pois estão sendo desenvolvidas várias ações na área habitacional, relacionada à regularização fundiária de áreas, remoção de moradores de área de risco, construção de novas moradias populares e de recuperação ambiental, de iniciativa da Prefeitura, e em parceria com o governo do Estado e da União.

VI. O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em Fazenda Rio Grande

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) criado em 2009 pelo Ministério das Cidades tem como objetivo possibilitar o acesso da população de baixa renda (até R\$1.600,00) ao financiamento habitacional e realizar o sonho da casa própria.

O município de Fazenda Rio Grande aderiu ao PMCMV, a partir da construção do conjunto habitacional Jd. Europa, que resultou na construção de 501 casas, com o custo de vinte e dois milhões de reais, e conta com a articulação de diversos atores sociais, de diferentes esferas de governo e da sociedade.

A execução da obra durou dois anos, de 2009 até 2011, em dezembro de 2011 houve a derrubada de casas dos moradores de áreas de risco de Fazenda Rio Grande, principalmente dos bairros Gralha Azul, Santa Terezinha e Iguazu, conhecidos na cidade devido aos problemas sofridos com as enchentes e de riscos socioambientais, e houve a mudança de 250 famílias de áreas de risco para o conjunto.

A implantação do empreendimento dependeu de várias fases, desde a concepção do projeto; compra do terreno; contratação da empresa, construção da obra e trabalho social junto aos moradores. Para isso contou com a participação da Cohab, Prefeitura, Caixa Econômica Federal, e Empresa Privada.

De posse do terreno em Fazenda Rio Grande, a COHAB elaborou o projeto do conjunto habitacional. A construção das casas foi realizada pela empresa Fklas que venceu o processo de licitação pública. O PMCMV repassou para a empresa um valor proporcional pelas casas construídas mensalmente. Neste caso, o custo de cada unidade foi de R\$47 mil reais. Para o gerente do departamento de engenharia da Companhia de habitação popular de Curitiba (COHAB), João Carlos Vianna, um dos atrativos do programa é o subsídio dado às famílias que pagarão prestações baixas, cerca de 10% da renda familiar.

O projeto do conjunto habitacional foi de responsabilidade da COHAB e obedece a uma lógica racional e técnica que privilegia o aproveitamento máximo do terreno para construir e atender o maior número de famílias. Entretanto, houve uma preocupação em relação à acessibilidade de famílias portadoras de deficiência física, com a construção de casas térreas. Fruto da orientação do Ministério das Cidades que defende o atendimento de 100% dessa demanda nos programas habitacionais do governo.

A participação da Prefeitura no processo é muito importante em todos os momentos, antes, durante e no pós-obra. Desde a fase inicial a partir do cadastramento das famílias interessadas em acessar Políticas Públicas Habitacionais definidas por critérios socioeconômicos; orientação em relação às regras de funcionamento do programa; apoio durante a mudança das famílias, etc.

Para Estela Voss, psicóloga da CEF, ao invés de sobrados germinados, o melhor teria sido a construção de casas isoladas:

Especificamente aqui até posso ver como é que foi..aqui né nesse caso mas no geral como é que acontece,,,tem lá um local, as vezes a construtora já vem com uma proposta por exemplo, de colocar sobrado, as vezes ela vem

com uma proposta de colocar prédio, porque o custo é menor. Mas a CEF aí nessa equipe multidisciplinar normalmente assim verifica o local tudo, ele se tem a ver com aquela região se comporta lá pra aquele tipo de beneficiário que vai morar aquela proposta, não que consiga alterar isso, né, que eu entendo que por exemplo, o melhor é você sempre ter casas isoladas, não assim né tipo sobrados germinados. (Estela Voss)

A psicóloga relata que acompanhou os estudos técnicos de implantação da obra, mas o trabalho social com as famílias foi realizado por uma empresa terceirizada, e a partir deste momento a relação da instituição com a efetividade da obra e os problemas decorrentes foram monitorados à distância.

A partir do trabalho de campo, foi verificada a necessidade de melhorias (intervenções) físicas e sociais, no conjunto habitacional, para propiciar qualidade de vida aos moradores e contribuir para o sentimento de pertencimento em relação a sua moradia e à cidade, que são as seguintes seguintes: Uso dos espaços públicos pelos moradores; espaço adequado de lazer para as crianças; local para o centro comunitário; melhoria na infraestrutura do bairro que propicie maior acessibilidade; mobilidade urbana; acesso a bens materiais e imateriais (culturais) pela comunidade.

VII. A visão dos moradores sobre a mudança para o Conjunto habitacional Jardim Europa

A mudança para o conjunto habitacional significou para os moradores entrevistados a realização do sonho da casa própria e uma fase de adaptação à nova realidade material e cultural e de certa forma, a convivência novamente com os riscos. Muitos relataram que estão gostando de morar no Conjunto, apesar da existência de um clima de isolamento que favorece a violência, o tráfico de drogas e a dificuldade na realização de atividades cotidianas, como o acesso e a aquisição de alimentos, por conta da distância do comércio local. Indagados sobre se estão gostando de morar no conjunto habitacional, a maioria respondeu que sim:

Também representou melhora na qualidade de vida, principalmente porque agora se tornaram proprietários de suas casas, não correm o risco de a Prefeitura os retirar dali. Além disso, o valor pago na prestação é menor do que o preço de mercado de um imóvel alugado, apesar de comentários sobre o tamanho do sobrado, considerado pequeno para famílias grandes.

VIII. Considerações finais

O estudo de caso apresentado mostra que é recente a criação de políticas públicas de habitação no Brasil, as quais remontam a década de 1960 e 1970, a partir do Banco Nacional de Habitação e o Fundo Nacional de Habitação. Instituições criadas no contexto do regime militar, em que se privilegiava o caráter tecnicista, de comando e controle. Desse período até a década de 1980, o acesso à habitação era feito pelas classes médias que recebiam acima de seis salários mínimos, deixando de fora a grande maioria das famílias que recebia de um a três salários mínimos.

Com a crise econômica da década de 1980, houve a falência das companhias estaduais de habitação e nos anos 1990 criaram-se incipientes tentativas de possibilitar o acesso ao financiamento habitacional por meio de concessão de cartas de créditos, de acordo com a renda do cliente, emitidos pelo governo federal por meio da Caixa Econômica Federal.

A produção da moradia social era centrada na figura dos conjuntos habitacionais pensada como um modelo homogêneo que ignorava o perfil das famílias e aspectos culturais. Padrão que persiste até hoje e precisa ser repensado.

A pesquisa mostrou que as políticas públicas de habitação principalmente no âmbito federal têm privilegiado mais aspectos quantitativos (número de casas construídas, valor da prestação) e

ignorado outros aspectos, tais como a localização dos empreendimentos, a qualidade de vida, o acesso ao transporte público, comércio e serviços, entre outros, que representam o direito à cidade e, portanto à cidadania.

No caso do conjunto habitacional Jd. Europa em Fazenda Rio Grande, os moradores que vieram das áreas de risco continuam morando na periferia da cidade, e convivendo com a falta de infraestrutura necessária (escola, creche, comércio, transporte público, entre outros). Dessa forma, o empreendimento acentua a exclusão social e o processo de segregação social vivenciado pelos moradores.

A mudança para o conjunto habitacional representou uma melhoria parcial em suas vidas, pois deixaram de habitar áreas de ocorrência de enchente onde corriam riscos à saúde e perda de bens materiais, e que eram públicas e de preservação ambiental, para tornarem-se donos de seu próprio imóvel.

Entretanto, trata-se de uma cidadania esgarçada, pois continuam alheios aos benefícios da modernidade, com pouca inserção no mercado de trabalho; e baixo acesso aos bens culturais e materiais da sociedade do século XXI. Essa parcela da população só é lembrada na época da eleição como possíveis eleitores e massa de manobra.

Esse processo depende em grande parte da análise e questionamento do Estado em relação aos modelos de habitação existentes e que estão ultrapassados, de um lado, e de outro, do fortalecimento e participação dos moradores em todo o processo como sujeitos conscientes de seus direitos e deveres e que possuem o direito de acesso à cidade de forma positiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.
- BONDUKI, Nabil. **Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- BORTOLUZZI, Ariel Aparecida Muller. **Problemas socioambientais do município de Fazenda Rio Grande**. Ago, 2011. Grupo de Estudo da Temática Urbana da Turma IX do PPGMADE. Fazenda Rio Grande.
- IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- KLASS, Fernando. Participação da empresa FKlas na implementação do Conjunto Jardim Europa. Outubro 2012. Corina Alessandra B. Carril Ribeiro. Rafaela Fortunato. Curitiba.
- KOWARICK, Lucio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MEIRINHO, Bruno César Deschamps. BERTOL, Laura Esmanhoto. **A moradia nas ocupações espontâneas e na Política Pública: Um estudo de caso sobre a produção da cidade de Curitiba e os conjuntos da COHAB-CT**. Revista Unicuritiba. 2010.
Disponível em versão eletrônica:
<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/308/273>
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Bairro Cachoeira terá 144 novos apartamentos**. Site da Prefeitura. 03/09/2012. Disponível em:
<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/noticiainpressao.aspx?codigo=27657>
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. 2010.
- SASSEN. S. **Sociologia da globalização**. Ed: Artmed. Porto Alegre. 2010.

VIANNA. João Carlos. **Participação da Cohab na implementação do Conjunto Jardim Europa.** Junho, 2012. Corina Alessandra B. Carril Ribeiro. Curitiba.

VOSS. Estela. **Participação da CEF no PMCMV.** Junho, 2012. Corina Alessandra B. Carril Ribeiro. Curitiba.